

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO "F" C/PROC : 006030893 DE 1993

NATUREZA : REQ.F(C/PROC) 06-0308/93-1 DE 13/10/93

PROMOVENTE: VEREADOR ARSELINO TATTO

ELEMENTA :

Requer a convocação do Secretário Municipal dos Transportes, Sr.
Getúlio Hanashiro.

INDICE :

OBSERVAÇÕES :

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
06/10/2010 14:38:11

00000000619-05



ARQUIVADO EM 13/11/93

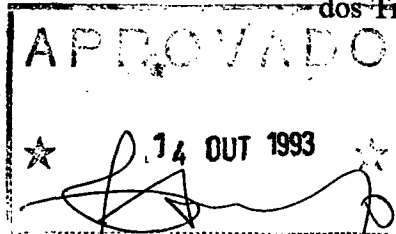
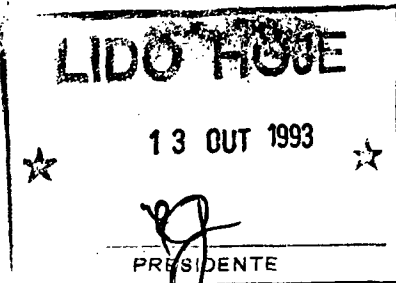
ARQUIVADO EM 13/11/93

00111111
01111111 14
Folha nº 01 de proc. 193681-18 1993
Cad

Câmara Municipal do São Paulo

06 - REQ. P (C/PROC)
06-0308/93-1

REQUERIMENTO "P" P(C/P)



Requer a convocação do Secretário Municipal dos Transportes, Sr. Getúlio Hanashiro

Tendo em vista as graves denúncias veiculadas na tarde de hoje, 07 de outubro, no Jornal Folha da Tarde, envolvendo o Secretário Municipal de Transportes, Sr. Getúlio Hanashiro;

Tendo em vista que na referida matéria são envolvidos, também, Vereadores desta Casa e Deputados Federais;

Tendo em vista que, na mesma matéria, é noticiada a existência de relatório produzido pela Assessoria de Ação Comunitária, que contém graves denúncias envolvendo grupos de extermínio e que serviu de base para a reportagem;

Vimos, pela presente, nos termos do artigo 14, IX da Lei Orgânica do Município de São Paulo e artigo 164 da Resolução nº. 2, de 26 de abril de 1991 (Regimento Interno) requerer a Convocação do Sr. Secretário Municipal de Transportes, Getúlio Hanashiro, para que o mesmo venha prestar esclarecimentos sobre a já citada matéria.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 1993.

ARLEINE TATTO
e outros

Handwritten signatures and circled numbers (11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100) are present.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha no. 02 de proc.
no. 308 de 1993

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA

VOTAÇÃO NOMINAL REFERENTE AO Requerimento nº 106-308/93

REQUERIDA PELO SR. VEREADOR:

☒ ORDINÁRIA

☐ EXTRAORDINÁRIA

92 - SESSÃO

REALIZADA EM 14 DE Outubro DE 1993

APROVADO O REQUERIMENTO

VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO	VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO
	SIM	NÃO			SIM	NÃO	
1. José Eduardo M. Cardoso	✓			29. Hanna Gharib	✓		
2. Alberto Calvo	✓			30. Henrique Pacheco	✓		
3. Aldaiza Sposati	✓			31. Ítalo Cardoso	✓		
4. Alex Freua Netto	✓			32. Jooji Hato	✓		
5. Almir Guimarães	✓			33. José Índio F. do Nascimento	✓		
6. Ana Martins	✓			34. José Mentor	✓		
7. Antônio Carlos Caruso	✓			35. José Viviani Ferraz	✓		
8. Antonio Paiva Monteiro Filho	✓			36. Lídia Correa	✓		
9. Antônio Sampaio	✓			37. Manoel Sala	✓		
10. Archibaldo Zancra	✓			38. Vicente Viscome	✓		
11. Arnaldo de Abreu Madeira	✓			39. Marcos Mendonça	✓		
12. Arselino Tatto	✓			40. Mario Dias	✓		
13. Aurélio Nomura	✓			41. Mario Noda	✓		
14. Avanir Duran Galhardo	✓			42. Mauricio Faria	✓		
15. Brasil Vita	✓			43. Miguel Colasuonno	✓		
16. Beto Féder	✓			44. Murillo Antunes Avles	✓		
17. Chico Whitaker	✓			45. Nelo Rodolfo	✓		
18. Cosme Lopes	✓			46. Odilon Guedes	✓		
19. Dalmo Pessoa	✓			47. Osvaldo Giannotti	✓		
20. Darcio Arruda	✓			48. Osvaldo Sanches	✓		
21. Sergio Rosa	✓			49. Paulo Kobayashi	✓		
22. Eder Jofre	✓			50. Roberto Tripoli	✓		
23. Edivaldo Estima	✓			51. Tereza Cristina Lajolo	✓		
24. Enilio Meneghini	✓			52. Ushitaro Kania	✓		
25. Faria Lima	✓			53. Vital Nolasco	✓		
26. Gilberto Kassab	✓			54. Wadih Nutran	✓		
27. Gilberto Nascimento	✓			55. Zulaie Cobra Ribeiro	✓		
28. Guilherme Gianetti	✓						

VOTARAM "SIM": 28 Srs. Vereadores
VOTARAM "NÃO": 1 Srs. Vereadores
ABSTENÇÕES: 1 Srs. Vereadores

VISTO:

SECRETARIO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....

do processo nº..... de 19...../...../.....(a).....

Ao Exmo. Sr. Presidente:

Para deliberação de V.Excia. quanto à expedição de ofício ao Sr. Prefeito, nos termos do § 2º do artigo 381, do Regimento Interno.

18.10.93


LUIZ AREIAS DE CARVALHO

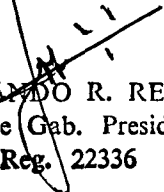
Assessor Técnico Leg. Chefe.

A. T. M.

À A.T.M. - Senhor Assessor Chefe:

Por determinação do sr. Presidente, estamos encaminhando o presente, em devolução, para as devidas providências.

20.10.93


FERNANDO R. RENZO
Chefe de Gab. Presidência
Reg. 22336

SE G U E juntado nesta data, e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a).....

ta dos partidos que dão sustentação ao Governo nesta Casa, para saber por que o prazo não foi cumprido. Se tentou, gostaria de saber se V.Es. teria obtido alguma resposta negativa ou mesmo insuficiente quanto ao atendimento de sua colocação, ou tendo tentado, teria obtido do Executivo alguma resposta que demonstrasse o relacionamento ao assunto. Há creio que já se dá resposta.

O nobre Vereador Martins Cardoso não tentou ou preferiu não tentar conseguir as explicações dessa maneira, mas seria a mais correta, honesta e sã. Não, V.Es. não teria sido de maneira errante e saliente, agindo em última instância e contrariando, como já disse, a própria autonomia do Município de São Paulo. Dra. o nobre Vereador, inclusive professor de Direito, deve saber que a Prefeitura de São Paulo não tem a Justiça val quer saber se o Prefeito Paulo Maluf já se manifestou a respeito. O bom senso me sempre norteou a Justiça em São Paulo com certeza irá indagar se o Executivo já teria respondido claramente que não iria cumprir o prazo. A Justiça irá saber se o Vereador Martins Cardoso em instância anterior antes de a ele ter recorrido.

É preciso citar aqui que o próprio PT não votou o Plano Diretor emenda da Prefeitura. A maioria tinha maioria na Câmara Municipal. Se os próprios vereadores que apoiavam a Administração do partido não o aprovaram, não conseguiram cumprir o prazo, qual foi o motivo então que teria levado o nobre Vereador a pedir a intervenção da cidade de São Paulo? Se o PT teve o Plano Diretor, não ter o projeto referente ao Plano Diretor por ele mesmo elaborado, por que a Administração de Paulo Maluf tem agora, em 10 meses, de fazê-lo? A atual Chefia do Executivo paulistano tem todo o direito de reexaminar os projetos para ver se estão de acordo com estratégias administrativas, mesmo que isso demande maiores prazos.

Faço minhas, portanto, as palavras do Assessor de Imprensa do Sr. Prefeito, jornalista Odair Pereira, que questionou, na entrevista à imprensa, a questão da conduta do parlamentar, ao entrar na Justiça sem antes ter interposto ao Executivo. Para nós é totalmente certo que a conduta do referido Vereador, agora, no momento político em que há especulação no Congresso Nacional a respeito de procedimentos, excede tudo o que se imagina. O mesmo que hoje lhe garantiria uma imagem de honestidade. Afinal, o nobre Vereador sabe que falar do Prefeito Paulo Maluf lhe dá "boneco", basta ver que na eleição para a Prefeitura de São Paulo, o Prefeito Paulo Maluf chegou lá com mais de 500 mil votos.

E hoje temos o grande Secretário dos Transportes, que vai à Câmara Municipal para responder a todas as questões. Assim, saúdo o Sr. Secretário Gêtilio Manhães, como saúdo o nosso Presidente Antônio Sampaio, como condutor e líder da democracia que sempre soube defender. Muito obrigado.

— Assume a Presidência o Sr. Antônio Sampaio.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro a suspensão dos trabalhos para que possamos conversar com o Sr. Secretário Gêtilio Manhães, que veio a esta Casa, atendendo ao requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores para explicar a existência de um dossiê na Secretaria dos Transportes. Assim, requiro a suspensão dos trabalhos normais para que possamos iniciar o diálogo com o Sr. Secretário dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPR) — A Presidência informa ao nobre Vereador Arselino Tatto que o Sr. Secretário Gêtilio Manhães, assim que tomou conhecimento de aprovação desse requerimento, telefonou a esta Presidência colocando-se à disposição, mesmo antes de receber o ofício convidando-o para aqui comparecer.

O SR. MANOEL BALA (PPR) — (Pela ordem) — Sr. Presidente, entendo que o Sr. Secretário Gêtilio Manhães tem muito o que fazer, foi cordial ao atender a solicitação e está aqui, hora certa. Agora, não tem a palavra o que perguntar, também não deve adiar. (Manifestações ruidosas na galeria) Os senhores estão ou não estão preparados para enfrentar o Secretário? O Sr. Secretário vem aqui atendendo a determinação da Câmara e os senhores não têm direito de sustentação esta sessão pública, não foi convocada pelos senhores.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) — (Pela ordem) — Sr. Presidente, não estou aqui de ouvir discursos desadidos do Vereador Manoel Bala. Encaminhe a minha questão de ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPR) — O nobre Vereador Arselino Tatto requereu a suspensão dos trabalhos, por 30 minutos, renováveis se for o caso, para ouvirmos o Sr. Secretário Gêtilio Manhães. Os Srs. Vereadores que foram favoráveis queiram permanecer como se encontram. (Pausa) Aprovado. Suspensos os trabalhos por 30 minutos.

— é suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPR) — O Sr. Secretário está à disposição dos Srs. Vereadores.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) — (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que V.Es. informasse ao plenário, inclusive ao Sr. Secretário dos Transportes, quais os procedimentos em termos de perguntas e respostas que serão adotados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPR) — A sessão está suspensa para que possamos ouvir o Sr. Secretário, que tanto poderia ser ouvido neste plenário como em outro qualquer. No entanto, o nobre autor do requerimento, Vereador Arselino Tatto, teve preferência por este plenário. E não quer que o maior número de pessoas pudesse ouvir o Sr. Secretário.

Dai porque a Presidência, atendendo à solicitação do Vereador, trouxe o Sr. Secretário até este plenário e suspendeu os trabalhos, de acordo com o requerimento, do próprio autor, votado pelos Srs. Vereadores por 30 minutos, para passarmos a fase mencionada no requerimento de convocação, qual seja, a de explicações do Sr. Secretário e a de perguntas dos Srs. Vereadores interessados, a respeito do presente dossiê objeto da convocação.

Assim, vamos proceder de acordo com o procedimento anteriormente nas convocações que fizemos. Damos a palavra, primeiramente, ao autor do requerimento, Vereador Arselino Tatto, e, em seguida, ao Sr. Secretário.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) — Sr. Presidente, Sr. Secretário Gêtilio Manhães, inicialmente, queria agradecer a vinda de V.Es. a esta Casa.

Eu gostaria de fazer a formulação de algumas perguntas a V.Es.

Em algumas matérias, publicadas pelo jornal "Folha da Tarde", de autoria do jornalista Cláudio Augusto e de autoria de outros jornalistas, não me recordo o nome, no momento, foi amplamente divulgada a existência de um dossiê, na Secretaria da qual V.Es. é titular.

Em primeiro lugar, as informações são de que o dossiê em questão contém 16 páginas. A bancada do Partido dos Trabalhadores, juntamente com a bancada do PSDB, esteve na Secretaria dos Transportes para ter acesso a esse documento e só nos foram fornecidas 14 páginas. Assim, indago V.Es. se está nos trazendo, hoje, as duas páginas faltantes.

Em segundo lugar, queria saber se a função da Ação Comunitária é de bi-história a vida alheia, é de levantar questões pessoais de vereadores e de diretores de sindicatos. Essa é a função da Ação Comunitária? Em terceiro lugar, sabemos que o objetivo deste Governo os movimentos populares e toda e qualquer concentração que ocorre nas imediações do Palácio das Indústrias está sendo filtrada por uma equipe do Governo do qual V.Es. é colaborador. O Sr. Secretário, como pertencente a um partido — o PSDB — progressista, parece ter dado uma guinada nos seus pontos de vista, no sentido de, ao invés de colaborar com o Governo de Paulo Maluf, mas eu me lembro muito bem de que em inúmeras ocasiões V.Es. se posicionou contra os SNIs deste país. Agora, pergunto por que é que se está montando um SNI dentro da Secretaria de V.Es.? Esse é o papel de um Secretário? A princípio, Sr. Secretário, gostaria de fazer algumas perguntas. Entretanto, teremos outras, que formularemos no momento oportuno. Muito obrigado.

O SR. MANOEL BALA (PPR) — (Pela ordem) — Sr. Presidente, não seria interessante que todas as perguntas fossem desde já formuladas ao Sr. Secretário, para que ele pudesse depois respondê-las uma a uma?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPR) — O Secretário está à vontade para decidir da maneira que julgar mais interessante. Entretanto, tenho a impressão de que o Secretário irá preferir a forma como está sendo conduzido o processo.

O SR. GÊTILIO MANHÃES — Se me permite, eu vou responder uma a uma as perguntas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar todos os senhores Vereadores e todos os membros da imprensa. Também gostaria de agradecer a todos os presentes na galeria, todos os da Casa.

Quero dizer que compareço à Câmara Municipal com muita satisfação porque sou daqueles parlamentares que acredita que o papel do Parlamento é não apenas o de elaborar leis, mas sobretudo, de acompanhar a vida pública da cidade e de todos os responsáveis por ela. De modo que eu me coloco um pouco na posição do Vereador Manoel Bala. Eu bem que gostaria de estar aqui discutindo os assuntos pertinentes à cidade, assuntos que mereceriam, por parte dos senhores, um certo investimento. Eu considero esse episódio como um episódio absolutamente banal, sem nenhuma consequência para a cidade, muito mais do que para a cidade, assuntos que dizem respeito aos direitos humanos e respeito à privacidade do cidadão.

No dia 4 de outubro do corrente fui interrompido por um jornalista, não sei qual, que começou a fazer uma entrevista coletiva sobre o processo de regularização dos ônibus clandestinos. Criei que a presença deles deve-se ao fato de que eles presenciaram a situação. Quando iniciamos o processo de visita, o jornalista me chamou à atenção para o fato de que eu estava sendo filmado. Eu não sabia que eu estava sendo filmado por um jornalista sobre uma rede de informações que nós teríamos montado na Secretaria Municipal dos Transportes.

Eu quero dizer aos senhores parlamentares que estão aqui presentes que, quem imagina que se possa, num regime aberto como o nosso, montar uma rede de informações, com o objetivo de manipulação política, ou é insano ou está a serviço de interesses que não são os seus. Eu não sei se isso é possível ou não, mas, se possível, não teria nenhuma consequência, montar uma rede de espionagem. Com que objetivo?

Uma coisa é montar uma rede de espionagem, outra coisa é obter informações sobre a conduta de todos, mas, Secretário que tem abrangência e responsabilidade. E, no fundo, quero até dizer que até é o preço da competência. Esta é a prova da competência. Se eu vou a uma negociação trabalhista, ou a uma cerimônia de posse de um sindicalista ou de um político ou de um homem público, ou de quem quer que seja, não sei o nome, sei o cargo, sei a função e tenho o mínimo de informação para não cometer gafes.

Quero dizer que as informações contidas no chamado "dossiê" transcorrem de fato, escrito, não pode estar sintonizado com a vida democrática aberta que este país conquistou.

Quero responder ao Vereador Arselino Tatto dizendo que no dia 4 fui procurado por esse jornalista e eu lhe disse que não existia nenhuma rede de informações. E, mais ainda, que este relatório tinha sido preparado pelo meu assessor de imprensa, que eu apresentei o assessor e fui embora, para que o jornalista pudesse conversar à vontade com o assessor. O jornal levantou o assunto durante quase 15 dias. Para mim o assunto estava resolvido, eu não sabia que eu não sabia o que eu não sabia. No dia 8, dois dias depois, quando um grupo de vereadores estava no meu gabinete, duvidando da minha presença no gabinete. A minha assessora foi obrigada a abrir a sala para mostrar que eu não estava, pois encontrava-me na Secretaria.

Esse grupo queria que eu entregasse o dossiê. Por telefone eu determinei que entregasse tudo o que tivesse, porque não havia nada a esconder, não haveria nenhum problema de que eu não fosse o dono do dossiê, as duas páginas não foram entregues, ilustra Vereador, aqui estão à disposição. Este documento se tornou, depois da presença dos senhores, praticamente um documento público. Logo depois disso, o assessor do Secretário, não tem o caráter público, mesmo porque a avaliação do seu conteúdo é estritamente pessoal.

Finalmente, eu ainda disse por telefone à minha assessora que eu gostaria de ouvir uma audiência com os Srs. Vereadores, na segunda-feira, às 8 horas, no meu gabinete. Foi informado posteriormente pela minha assessora de que os vereadores não poderiam comparecer naquele dia, uma vez que eu não sabia o que eu não sabia. E comunico que em todo caso, na segunda-feira, a partir das 7:30 horas da manhã, e durante todo o período do dia, estaria à disposição para qualquer tipo de indagação, qualquer tipo de pergunta, inclusive a de caráter material, que não haveria nenhum problema de fornecer.

Quero colocar aos Srs. Vereadores que desconhecem o material, que ele está à disposição dos senhores e, para que tenham uma ideia, esse documento consta de um levantamento das atividades do Sindicato dos Funcionários de São Paulo em relação aos diretores, a distribuição desses diretores por empresas, a representação profissional dos cobradores, a vinculação partidária dos diretores. Eu preciso saber dessa vinculação, porque no instante em que estou discutindo a privatização, se eu identificar determinado membro ou um determinado diretor como pertencente a este ou aquele partido político-partidário, já sei qual a posição partidária ou a posição em relação à questão da privatização. São elementos fundamentais nesse processo de discussão.

Por outro lado, o que eu consta desse documento? O nome da pessoa, o cargo sindical, o mandato, a empresa onde trabalha, a linha sindical e a ligação política. E, em relação a essas informações, não há nenhuma relação com o relatório que eu estou apresentando. E, eventualmente, ligação político-partidária e finalmente alguns elementos que, na verdade, não sei qual a sua utilidade pragmática, a não ser de informação a quem detém ou a quem está utilizando ou precisa dessas informações.

Quero dizer

O SR. ARSELINO TATTO (PT) — V. E. concederia um aparte nesse tópico, até para...

O SR. GÊTILIO MANHÃES — Pois não, V. E. disse que serviria inclusive para não cometer alguma gafe se alguma reunião. Eu queria entender. V. E. acaba de ler o que eu constei desse relatório. Para que serve, por exemplo, dizer que se suspeita de que tal diretor, pertença ao grupo "Pé de Pató"? É por um questionário de segurança para as reuniões que V. E. irá fazer? Isso não entra na questão alheia? Depois que está como diretor, é separado e enviado a uma reunião judicial para ser julgado e o serviço de transportes que está cético na cidade de São Paulo?

Manifestação na galeria. O Sr. Presidente faz soar fortemente a campainha.

O SR. GÊTILIO MANHÃES — Meu caro Vereador, não ajuda em nada eu saber que determinado sindicalista, por exemplo, é membro do PC do B ou não; no entanto, tenho de ter essa informação. Quem vai definir ou quem vai utilizar essas informações é quem as possui. Nenhuma dessas informações ou o próprio diretor arrolado ou o senhor tem em seu gabinete, sobre quem é quem, vai ajudar a si. Isto aqui não é instrumento para nada, a não ser um instrumento meramente informativo.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) — O PC do B não tem esse trabalho de bi-história com o SNI. No meu gabinete eu não faço bi-histórias com a vida alheia. Eu acho um absurdo.

O SR. GÊTILIO MANHÃES — Concordo com o senhor, mas eu não existe nenhuma diferença entre o contrário, eu até, brincando com a minha assessora, disse: eu vou deixar porque essas informações não contém a idade, não contém a fotografia, não dizem como votou no 1º turno. Não é ainda, não dá para saber se o indivíduo é bom ou ruim. Agora, a diferença é a seguinte: isto aqui é vendido publicamente; este material, não; este material é de circulação reservada para o Secretário, e este aqui é vendido publicamente. Acho que não quero isso em casa, porque vivemos num regime democrático, aberto.

Eu pergunto: os senhores, que tiveram acesso ao relatório, acham grave saber essa informação? O Sr. José Benedito Neto, nascido em 3-5-46, em Ourinhos, SP, está civilizado; casado, dois filhos; luta armada; participou da guerrilha no Araguaia, no Estado do PC do B, sobreviveu porque foi verificado logo no primeiro dia de ataque do Exército; carreira política: rompeu com o PC do B em 1980 e ingressou no PT, organizou o PRC - Partido Revolucionário Comunista -, que se dissolveu em agosto de 1984, quando foi chegado o chamado "Projeto Brasil", carreira parlamentar: eleito Deputado Federal pelo PT em 1982, com 38.550 votos e reeleito em 1986, com 29.054 votos, e em 1990, com 71.621 votos.

É uma informação jornalística.

O SR. MANOEL BALA (PPR) — Tal Sr. Secretário, eles tinham vergonha de dizer quem eles são, e nós não temos vergonha de dizer quem somos. A nossa vida, Sr. Secretário, é uma vida aberta; a deles, eles fazem questão de que seja fechada, então, eles têm vergonha de que o povo saiba quem eles são.

O SR. VITAL CARDOSO (PT) — Muito pelo contrário, Sr. Secretário. Nós, do PC do B, não temos vergonha de quem somos, não.

— Manifestação da galeria. O Sr. Presidente faz soar fortemente a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPR) — Vamos permitir que o Sr. Secretário termine de responder às perguntas feitas pelo nobre Vereador Arselino Tatto, por gentileza.

O SR. GÊTILIO MANHÃES — O nobre Vereador Arselino Tatto me informou que no relatório que eu apresentei ao Governo Paulo Maluf, eu fui responsável por participar deste Governo que está realizando uma administração brilhante. E por que existe um serviço que está registrando todos os atos, quer insinuar que eu teria um "diretório"? Teria sido usado um computador, não disse isso, mas chego à conclusão — policialista.

Devo dizer ao nobre Vereador Arselino Tatto que nas várias manifestações das quais tenho participado, onde me apresentei como jornalista, eu participei em São Paulo, ou fui filiado. Filiação, pela filiação do PT. Agora, qual vai ser a utilização dessa filiação, ou não sei. Mas eu sou filiado. Inúmeras vezes podemos ver que é um militante do PT que está filiado. Qual é o problema? É a filiação que eu não sei. Mas eu sou filiado. Isso eu não sei. O que eu sei é que vivemos num regime aberto, democrático, onde até é possível ter essas informações que eu li aos senhores, sobre um parlamentar, porque vivemos num regime democrático. Se fosse uma ditadura, isto sim, não teria sentido.

— Tumulto no Plenário. O Sr. Presidente faz soar a campainha, insistentemente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPR) — Nobre Vereador Manoel Bala, a Presidência informa a V.Es. que houve sobre a sessão uma lista de inscrição de vereadores que queiram interpor o Sr. Secretário. Portanto, com a palavra o nobre Vereador Manoel Bala.

O SR. VITAL CARDOSO (PT) — Sr. Presidente, Sr. Secretário Gêtilio Manhães, realmente, por mais que o Sr. Secretário diga que não reconhece o relatório como de serviço reservado, quer aplicar ao relatório requisitos que foram usados na estrutura militar, que incluem o acesso ao relatório.

É diferente falar sobre um livro, que é público, e que com certeza as pessoas citadas nesse livro foram previamente consultadas sobre o conteúdo da matéria. Um documento que chegou ao meu conhecimento, se preocupar com a vida marital de um diretor de sindicato... Acho que até isso se justifica, porque o transporte desta cidade anda tão mal... Imaginem se a diretoria do Sindicato ficasse preocupada com a vida marital de um diretor de sindicato... Não é a intenção, hoje, não é necessariamente entrar nesses pontos, porque não valoriza esta Câmara Municipal ficar discutindo se tal diretor de sindicato tem direito ou não de ser casado duas ou três vezes.

Para iniciar as minhas perguntas, eu gostaria de saber do Sr. Secretário Gêtilio Manhães sobre a pergunta elaborada pelo nobre Vereador Arselino Tatto: falamos das páginas de que não foi cedido por um assessor do Sr. Secretário, Sr. Edilson Valadão. Pelo que consta no material da imprensa, ainda falta um outro relatório, que é referente às Comissões de Garagem da CMT. Gostaria de saber se o Sr. Secretário trouxe esse relatório, e se trouxe, onde poderia eu encontrar esse relatório. Se não respondeu sim ou não onde está esse relatório. Porque o mesmo foi veiculado na imprensa.

Outra questão que eu gostaria de saber do Sr. Secretário é sobre o relatório de que não foi cedido à Ação Comunitária. Uma terceira pergunta, neste primeiro momento: a que órgão está vinculado o Sr. Edilson Valadão, que nos recebeu no gabinete do Sr. Secretário, e que a imprensa diz que é coordenador da Ação Comunitária?

E também gostaria de saber do Secretário — vou ter de refazer a pergunta porque ele não foi respondido — quais as atribuições da Assessoria de Ação Comunitária na Prefeitura. Gostaria que o Sr. Secretário fosse sucinto, breve assim como foi nas minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPR) — Muito bem, Sr. a palavra o Sr. Secretário.

O SR. GÊTILIO MANHÃES — Em primeiro lugar, porque eu os Srs. Vereadores que levantaram a questão acham que estão fazendo uma pergunta. Então, à disposição dos senhores e vou lá para mostrar de que trata essas duas páginas. Trata-se da "cara" do relatório, que contém: "Secretaria Municipal de Transportes - Assessoria de Ação Comunitária. Perfil sindical dos diretores do Sindicato e da Força Sindical de São Paulo, 01 - São Paulo - agosto de 93." É de uma importância transcendental para o destino do transporte nesta cidade.

"Perfil sindical dos diretores do Sindicato dos Condutores de São Paulo Apresentação. O presente trabalho constata informações referentes ao perfil sindical dos diretores do Sindicato dos Condutores de São Paulo, tendo sido elaborado pela Assessoria de Ação Comunitária da Secretaria de Transportes. O desenvolvimento a partir de dados coletados junto a pessoas vinculadas direta ou indiretamente ao Sindicato. Propõe-se ao acompanhamento das atividades sindicais dos diretores do Sindicato e da Força Sindical, será periodicamente atualizado." Também extremamente importante para o destino do transporte coletivo de São Paulo (Pausa).

Segunda pergunta: o relatório sobre Comissões de Garagem. Em primeiro lugar, o relatório que os Srs. Vereadores solicitaram foi este que está aqui. Tenho outros relatórios, tenho relatório da Força Sindical. Quando fui ao lançamento do "Projeto Brasil", na Força Sindical, convidado a participar da mesa, fiz questão de saber sobre a Comissão de Garagem, o perfil sindical dos diretores de garagem, e eu disse que eu precisava, eu precisava aqui: temos uma folha de capa, uma, duas, três, quatro, que também estão à disposição dos Srs. Vereadores.

E a terceira pergunta...

O SR. VITAL CARDOSO (PT) — A segunda ficou sem resposta, pois não sei onde está o relatório das Comissões de Garagem.

O SR. GÊTILIO MANHÃES — Mas, nobre Vereador, quando esteve no meu gabinete, V.Es. não solicitou o relatório das Comissões de Garagem, não solicitou esse relatório de 16 páginas, das quais foram entregues 14 e faço questão de entregar agora as outras duas páginas ao senhor, para completar, já que o senhor faz tanta questão de capa do relatório. (Pausa).

O SR. VITAL CARDOSO (PT) — Então, estou, neste momento solicitando o relatório das Comissões de Garagem.

O SR. GÊTILIO MANHÃES — Intencionalmente, não o tenho aqui, mas está à disposição na minha Secretaria, a qualquer instante que V.Es. quiser. (Pausa).

dos Condutores. Eu mesmo, quando li o documento, perguntei se a pessoa tinha confidencialidade. Na verdade, não dependiam das forças coletadas e colocados no papel. A única certeza é que não é documento de caráter de domínio público, é uma informação pericial.

Finalmente, Vereador José Mentor, quero dizer que além desse assessor que preparou o material relativo à parte sindical — não sei se V.Ea. estava no plenário, mas deve ter estado —, existe um assessor da Ação Comunitária que recebe as Sociedades Amigos de Bairro, que recebe as lideranças sindicais, que recebe os próprios Srs. parlamentares, como os que estiveram no meu gabinete na minha residência, e os que vieram para o plenário do seu partido, eu não recebi no meu gabinete levando democraticamente as reivindicações da comunidade? Essa é tarefa da assessoria. Agora, volto a repetir, a minha assessoria não fez nenhum curso de formação política e muito menos curso de formação de "arapongas."

Q. SR. JOSÉ MENTOR (PT) — Sr. Presidente, volto a usar a palavra apenas para complementar minhas perguntas.

V.Ea. diz que foi o único funcionário que fez, e eu entendi que quem levantou os dados e preparou o relatório foi uma pessoa só. Faltou responder quanto tempo decorreu o levantamento desses dados?

Não foi só essa a impressão de V.Ea. Permite-me repetir, para sua V.Ea. eu explicarei. Quando indaguei da forma, eu indaguei se o assessor responsável pelo dossiê chamou cada um dos diretores de sindicato, fez uma entrevista e eles forneceram tais dados. Como se outra forma fosse possível? Não, não. Quando eu fui, eu fui indo até a filiação de Fulano, Beltrano etc. Eu fui buscar no Registro Civil quantos casamentos, desquites, divórcios cada uma daquelas pessoas tinha? Estou dizendo isso porque me parece que a forma é importante. Pode ter sido o Vereador ou o assistente, ou uma verdade ou um erro. Não houve rigor. V.Ea. disse que não houve rigor. Acho que seria extremamente desagradável para V.Ea. participar de uma reunião dos condutores, munido de informações, e perguntar a um sindicalista: "Como vai a sua situação?" e ele responder: "Nunca me casei". Ou, ao contrário, perguntar: "Como vai o PT?" e ele responder: "Não sei. Sou do PPR", é muito complicado para V.Ea.

Acho que a verdade do dossiê, já que tem essa finalidade que V.Ea. busca, tem que estar intimamente ligada com a verdade. Se o Secretário de toda a Prefeitura, tenho um avaliado muito crítica sobre o transporte de São Paulo que, com certeza, não fossem os clandestinos, seria muito pior. Agora, uma coisa é verdade: a pessoa que fez esse relatório entende pouco de transporte e muito menos ainda de dossiê.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Botaria de responder ao Vereador Mentor, dizendo que eu não vou entrar no Juízo de valor que S.Ea. colocou, e não vou ser inebriado de usar certo tipo de informação numa reunião, tal qual S.Ea. exemplificou.

Devo dizer, nobre Vereador, que parte dessa documentação foi retirada dos jornais, portanto, são informações públicas. São coletas sistemáticas de dados fornecidos pela imprensa diariamente. Eu não tenho a menor preocupação em examinar a sua veracidade ou não, mesmo porque parte desses dados é retirado, inclusive, do jornal do sindicato.

E no jornal do sindicato, se fomos analisar cada um desses jornais, há críticas contundentes e comentários extremamente profundos em relação à autoridade administrativa desta ou da gestão passada, bem como em relação aos próprios sindicalistas que participam do movimento. Todos sabemos que existe um grande conflito no movimento sindical.

Portanto, a coisa começa a ter domínio público, porque essas informações começam a surgir. Por exemplo, imprensa sindicalista de São Paulo, que é a imprensa do S.Ea. Convergência Socialista, luta pelo Socialismo, o Trabalho, Movimento Comunista Revolucionário, Democracia Socialista, Nova Esquerda, Vertente Socialista, Articulação, PT Vivo. Estou dizendo que a imprensa dá essa informação.

Q. SR. JOSÉ MENTOR (PT) — V.Ea. acabou de relatar que o dossiê é feito através de dados coletados nos jornais. Botaria de requerer a V.Ea. que colocasse à disposição da bancada de todos os jornais que deram conta do dossiê, para analisá-lo?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Perdão, V.Ea. está insistindo uma coisa que eu não disse. Eu disse que parte das informações vem dos jornais.

Q. SR. JOSÉ MENTOR (PT) — V.Ea. poderia me dizer do onde vem a outra parte?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — A outra parte vem de informações que circulam no meio sindical. Meu nobre Vereador, não estou aqui para discutir a veracidade da informação ou não. Estou aqui para discutir o uso. A veracidade ou não da informação é um juízo meu.

Q. SR. JOSÉ MENTOR (PT) — V.Ea. divulgou o dossiê e, portanto, se responsabiliza por ele.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — É outro erro, é outra insistência que V.Ea. faz ao dizer que divulgamos. Eu nunca divulguei essa informação, esse dossiê.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Agradeço a presença voluntária de V.Ea. nesta Casa, e gostaria de fazer algumas indagações.

Em primeiro lugar, fiquei um pouco surpreso com a afirmação de V.Ea. de que o dossiê em análise possui algumas informações sobre a vida privada de cidadãos, e que V.Ea. entende que é perfeitamente razoável que um órgão público possa coletar, com o dinheiro público, informações privadas sobre cidadãos.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Eu não disse se nenhuma informação que o órgão público tinha que recolher informação de natureza pessoal.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Perdão, mas me parece que V.Ea. afirmou que o dossiê tem informações de vida privada. Por exemplo, casamento.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Tampouco eu disse isso. Quem afirmou isso foram os senhores. Eu não disse isso.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Padaria a V.Ea. que se respondesse de imediato, para que eu pudesse prosseguir: o dossiê tem informações sobre a vida privada das pessoas?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Se V.Ea. considerar que eu sou o aspecto o relatório diz que a pessoa vive numa forma marital, eu concordo que informe sobre a vida privada, se que há um adendo a essa informação. A realidade caracteriza uma outra situação que não é privada, é pública.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Agradeço a resposta, neste primeiro momento. Chegamos a um acordo: o relatório tem informações sobre a vida privada do cidadão. V.Ea. não desconhece o mesmo porque o texto constitucional, nesse aspecto, foi elaborado por um ilustre jurista, José Afonso da Silva, ex-Secretário do Governo Mário Covas, que V.Ea., como eu, com certeza admira — que o artigo 5º da Constituição Federal, inciso X, diz o seguinte: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

Indago: como primeira pergunta: não considera V.Ea. a coleta de informações privadas uma violação à intimidade de cidadãos contribuintes?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Estou plenamente de acordo. Acho que a pessoa que se está utilizando deve processar o jornal e o jornalista. Absolutamente de acordo com V.Ea.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Pergunto a V.Ea.: chegamos a um acordo, de que o relatório possui informações sobre a vida privada?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Eu não disse isso.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — O senhor acabou de concordar.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Isso é possível de julgamento, é possível de juízo.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Estou aqui para ouvir e não para debater. Então, não quero polemizar com V.Ea. até por que tenho outros afazeres para isso. Porém, como sabemos, os Secretários Municipais, de Prad, sempre que buscam qualquer comportamento

que possa eventualmente objetar, ou sofrer objeções no campo jurídico, coletam pareceres de sua assessoria jurídica ou da Procuradoria do Município. Indago a V.Ea. quando orientou a sua assessoria para produzir esse dossiê teve o cuidado de previamente coletar o parecer da sua assessoria jurídica ou da Procuradoria Geral do Município?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Primeiro, vou ser absolutamente coerente com aquilo que eu disse. Eu jamais pedi esse dossiê, esse relatório; portanto, jamais poderia dar qualquer tipo de instrução. A minha assessoria tem liberdade para produzir o que for.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Então, presumo, pela resposta de V.Ea., que não há nenhum parecer jurídico sustentando a legalidade desse dossiê. Em segundo lugar, indago de V.Ea.: se não pediu e não determinou competência a uma assessoria que o fizesse, quem o pediu?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — O assessor ou a assessoria, de livre vontade. V.Ea. é jurista, é parlamentar, sabe muito bem o que faz o assessor.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — V.Ea. entende, então, que quando um assessor age "aponte sua", sem a orientação do Sr. Secretário, ele age regularmente?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Sim.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Ou seja, qualquer assessor de V.Ea. ao tomar a atitude que quiser, sem a sua orientação, estará agindo de acordo com aquilo que V.Ea. deseja ao assessor?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Ué, eu não sou fascista para controlar a vida de ninguém. (Manifestações na galeria) Se não meus assessores é porque têm a minha confiança. E não é por causa de um episódio tão secundário como este que eu vou "fritá-los". Isso não faz parte do meu espírito.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Agradeço a resposta de V.Ea. e gostaria apenas de entender. Tenho a transcrição literal de uma frase de V.Ea., que é a minha assessoria tem por obrigação dar todas as informações, de acordo com o seu critério. Esta obrigação não é estabelecida pelo senhor? De onde vem?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Meu caro Vereador, eu lhe pergunto se V.Ea. estabelece com a sua assessoria, com as pessoas de sua confiança, regras de conduta.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — V.Ea., então, endossa o comportamento de um assessor seu a elaborar esse dossiê? V.Ea. endossa, ratifica o comportamento do seu assessor?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Eu não endosso nenhum documento, nem rejunto nenhum documento. O papel do chefe não é endossar coisa nenhuma. O papel do assessor é fornecer os elementos. Quem utiliza esses dados é o chefe.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Sabe V.Ea. que todo chefe, todo secretário, tem o chamado "poder hierárquico". E uma das faculdades do poder hierárquico — e é o poder-dever — é a de analisar a legalidade do comportamento de seus subordinados. V.Ea. disse que não ratifica nem contesta o comportamento do seu assessor. V.Ea., então, não se posiciona, não se coloca o seu?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — V.Ea. me desculpe, mas não sou como muitos políticos, pois assumo e assumo sempre o meu papel, é por essa razão que participo desta Administração e estou aqui.

O nobre Vereador, que foi Secretário, sabe muito bem que o cargo de assessor não obedece a uma ordem hierárquica no sentido do mando, no sentido da determinação, porque ele responde ao chefe, não responde a nenhuma instância do chefe. Portanto, o erro do assessor pode levar ao erro do chefe, e essa é uma responsabilidade inerente a uma relação de confiança entre o chefe e o assessor.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Sr. Secretário, vou finalizar, tenho apenas mais duas perguntas.

Son queror polemizar, Secretário, queria apenas observar que o Secretário é superior hierárquico do seu assessor, segundo a legislação municipal em vigor.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Eu não neguei isso.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Pois não. Era apenas para esclarecer a dúvida.

Li então o que o senhor me fez colocar a V.Ea.: durante a gestão Jânio Quadros, o Partido dos Trabalhadores e o PSDB, neste Casa, muito se orgulharam em criticar um organismo que o Governo Jânio Quadros tinha, que era o serviço reservado do Gabinete do Prefeito. Se eu não me enganar, o relatório, o dossiê do serviço secreto do Prefeito Jânio Quadros, criticado pelo meu partido e pelo partido de V.Ea. nesta Casa, e V.Ea. verificasse que as informações que estavam naquele dossiê são as mesmas coletadas por V.Ea., o Secretário diria: "As críticas que o PT e o PSDB fizeram ao Prefeito Jânio Quadros foram injustas" ou "essas críticas não valiam apenas para o Governo Paulo Maluf".

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Eu não posso julgar porque desconheço esse documento. A única coisa que posso dizer é que o documento entregue a mim não difere muito do que eu tenho em mãos. Eu não difere muito do que eu tenho em mãos.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Última pergunta ao Sr. Secretário.

Na verdade, não me parece que um servidor público, pago pelos cofres públicos, tenha, no âmbito da sua competência — por não ser atividade pública —, coletar informações acerca de vida privada de cidadãos, mas que seja para o Secretário sair-se bem em recepções e festas privadas. Isso não é atividade pública?

A atividade pública se caracteriza por voltar-se ao interesse público e, diante dessa afirmação de V.Ea., a qual gostaria que confirmasse ou não, dentro da sua concepção, pergunto se V.Ea. entende que é correto uma coleta de informações desse tipo para servir pessoalmente a um secretário do ponto de vista do seu posicionamento social. V.Ea. confirma que foi para esse fim que as informações privadas foram coletadas?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Primeiro, V.Ea. está misturando as ondas. Com relação à informação de natureza privada, eu jamais a aceito. O que eu coloco é que essas informações são extremamente importantes e relevantes para o papel do Secretário. E quero ir mais longe ainda, dizendo que em nenhum momento gastamos dinheiro público para formar "arapongas", muito menos para dar cursos de doutrinação política.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Eu não fui compreendido pelo Sr. Secretário.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — A minha assessoria não participou disso.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Não considero responsável a V.Ea. a existência de uma situação marital e V.Ea. falou isso — de cada um, de quantas esposas teve e esse tipo de coisa. Assim, pergunto: para exercer o transporte da cidade de São Paulo por que V.Ea. precisa saber quantas vezes o sindicalista foi casado?

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Nenhum.

Q. SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO (PT) — Agradeço, Secretário. Estou satisfeito, Sr. Presidente, porque o Secretário respondeu à pergunta.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — No início da minha colocação, eu disse, com muita clareza, que era o tipo da informação que não levava à melhoria do transporte coletivo.

Agora, o Secretário tem que estar bem informado acerca de tudo e de todos relacionados com a matéria da sua Secretaria e de sua competência. Quanto a isso, eu não abro mão, porque se há uma coisa que faço questão é de fazer uma administração séria, competente, e sobretudo transparente. Fazer com que haja transparência nas minhas atitudes.

Q. SR. PRESIDENTE (Antônio Bernaldo — PPR) — Sr. Vereadores: a Presidência apela aos Srs. Vereadores a fim de que não haja mais três vereadores — que sejam mais objetivos — pois temos apenas mais 15 minutos para alcançarmos praticamente quase duas horas de debates. E a sessão ordinária precisa continuar. Daí eu solicito aos Vereadores Italo Cardoso, Aldaiza Spinati e Arselino Taito que sejam precisos em suas indagações.

Com a salvação o nobre Vereador Italo Cardoso.

Q. SR. ITALO CARDOSO (PT) — Vou ser bastante preciso. O Secretário diz que o erro de um assessor pode levar ao erro de um chefe. Volto a fazer uma pergunta que já foi feita de várias formas: o Secretário considera certa a atitude de um subordinado seu, ao montar um dossiê, invadir a vida privada das pessoas, não só sobre a questão do casamento, mas se é alcoolista e outras coisas?

Q. SR. PRESIDENTE (Antônio Bernaldo — PPR) — é só essa a pergunta que tem V.Ea. a fazer?

Q. SR. ITALO CARDOSO (PT) — Eu teria uma outra.

Q. SR. PRESIDENTE (Antônio Bernaldo — PPR) — A Presidência prefere, então, que V.Ea. formule as suas perguntas. Por uma questão de economia processual.

Q. SR. ITALO CARDOSO (PT) — Então, o nobre Secretário, não determinado momento, disse que não é fascista para controlar a vida de ninguém. Esse relatório, é esse do que claro, controla. Então, a sua assessoria?

Q. SR. PRESIDENTE (Antônio Bernaldo — PPR) — Então, são essas as perguntas de V.Ea.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Em primeiro lugar, nobre Vereador, sobre aqui, desta Plenária, desta Câmara, externar a minha opinião sobre o acerto ou o erro da minha assessoria. Isto é um julgamento de meu crivo pessoal.

Q. SR. ITALO CARDOSO (PT) — Então, o senhor responde por ela?

Q. SR. PRESIDENTE (Antônio Bernaldo — PPR) — Nobre Vereador Aldaiza Spinati.

Q. SR. ITALO CARDOSO (PT) — E ele não respondeu à minha pergunta, Sr. Presidente.

Eu quero saber do Secretário qual é a relação que ele tem com a assessoria. Porque o Secretário disse que vários momentos, várias vezes, que não tinha conhecimento, que não pediu o relatório, mas sustenta que a sua assessoria o fez. Então, o Secretário concorda com o relatório na sua integralidade? É isso que eu quero saber.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Meu caro, V.Ea. há de compreender que relatório você não concorda ou discorda. Relatório você lê, absorve e faz uso do que achar melhor.

Q. SR. PRESIDENTE (Antônio Bernaldo — PPR) — Com a palavra a nobre Vereadora Aldaiza Spinati. Seja precisa, por gentileza.

A SRA. ALDAIZA SPINATI (PT) — Pois não, serei bastante breve.

Sr. Secretário, quero ressaltar, em primeiro lugar, a importância de V.Ea. vir a esta Casa e entender que o debate se trava no âmbito da sociedade brasileira, que é a questão da ética na política.

Acho que está realmente em questão aquilo que S.Ea. coloca como informações para o seu uso. Informações que não parecem ser de muito mais valor, no entanto, V.Ea. não deixa claro os limites do uso que S.Ea. pretende fazer delas.

Alguns vereadores que se precederam falaram a respeito do uso social que S.Ea. deriva dessas informações. Mas me parece que é muito mais isso, porque não só não preocupa aquilo que S.Ea. toma como atitude em sua Pasta, mas também inscreve a trajetória política de todas estas pessoas que S.Ea. está delimitando e, mais do que isso, sabe S.Ea. de trajetória política de cada um de nós, de S.Ea. mesmo, de como é o seu percurso político em todos os momentos de enfrentamento da democracia, de enfrentamento, na verdade, de medidas ditatoriais.

Diante disso, indago: como é que V.Ea. coloca perante os compromissos de ética na política esse levantamento que, segundo diz V.Ea., foi feito por sua assessoria, mas que V.Ea. aceita? Temos visto nos seus Admistratores, por exemplo, têm sido continuamente fotografados servidores que depois são acusados e são inclusive abertas sindicâncias, independentemente do que tenham feito. É o caso, por exemplo, da servidora municipal Delcídia P. Azevedo, que está sendo acusada, não se sabe por que, de desvio de finalidade.

Como pertence S.Ea. a um Governo cujos limites da ética e do respeito político questionamos, por que sabemos até que funcionários são repreendidos por terem...

Q. SR. PRESIDENTE (Antônio Bernaldo — PPR) — (Fazendo soar a campainha) — V.Ea., teria que formular sua pergunta, minha senhora!

A SRA. ALDAIZA SPINATI (PT) — Estou formulando, nobre Presidente.

— Manifestação na galeria. O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. ALDAIZA SPINATI (PT) — Queremos entender, Sr. Presidente, qual é efetivamente o uso que o nobre Secretário fará dessas informações. Outra indagação: embora tenha paralelo com o tema, a colocação que vou fazer diz respeito à sua Pasta e às manifestações quanto aos fatos da Secretaria de Transportes que acusou o Gestor anterior de efetuar gastos astronômicos com os transportes coletivos. Todavia, sabe S.Ea. que os gastos de sua Pasta já são muito maiores, não é não, do que os gastos da Secretaria de Transportes? O Partido dos Trabalhadores para 1993 teria sido a manifestação de que haveria uma redução de gastos somente uma manifestação política? E como S.Ea. explica esta alteração significativa de montantes agora, já se prevendo um gasto para sua Secretaria de 480 milhões de dólares?

— Manifestação na galeria. A Presidência faz soar a campainha.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Nobre Vereadora, com muita satisfação debaterá com V.Ea. a questão da ética na política. Mas acredito que não seja este o fórum e não tenhamos o tempo necessário para discutirmos sobre isso.

A SRA. ALDAIZA SPINATI (PT) — Perdoo-me, mas o tempo...

— O Sr. Presidente faz soar a campainha.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — Eu já disse que me mataria de democracia não são os vereadores aqui que vão dar lição.

A SRA. ALDAIZA SPINATI (PT) — Só que S.Ea....

Q. SR. PRESIDENTE (Antônio Bernaldo — PPR) — Permite que ele conclua. O Sr. Secretário ouviu V.Ea. pacientemente. Permite que ele fale.

A SRA. ALDAIZA SPINATI (PT) — é apenas um comentário, Presidente.

Q. SR. BETULIO MANASHIRO — A colocação que V.Ea. faz, de que a Secretaria que eu dirijo vai passar na área de Transportes nesta Administração do que na Administração passada não é o objeto da audiência, mas vou responder bem curto e grosso: provavelmente sim. Mas por incompetência da Administração passada? E isso que eu estou levando a privatizar a CHTC? São 462 milhões de dólares que vamos gastar, porque não fomos nós que damos o índice do DIEESE mais 8,4% em janeiro, fevereiro, março e abril, e não fomos nós que passamos de 14 mil para 27 mil funcionários trabalhando, com 10,2 operários por carro?

A Sra. Aldaia Bonatti (PT) - V. Exa. - Sr. Secretário, diz por diversas vezes que não admite que qualquer um dos seus membros seja democrata. Todavia não parece que quando V. Exa., como parlamentar, não dirige a estes parlamentares com o dedo na mão, que os valores mínimos da democracia e da consideração. Este é o primeiro ponto que gostaria de ressaltar, como cidadão e como parlamentar.

Em segundo lugar, uma coisa muito importante: V. Exa. admite aqui que está passando mais, sim, e isto é muito importante, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - Se este assunto não é o objeto desta convocação. Tem a palavra o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Sr. Secretário e Deputado Otúlio Maranhão, no início dos trabalhos eu lhe fiz uma pergunta muito curta: se obter informação de que determinados pessoas d'esses com determinado diretor...

- Manifestação da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - (Fazendo soar fortemente a campainha) - A Presidência pede à galeria que respeite o orador, por gentileza.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Eu gostaria de saber se isso ajudou nas negociações. Não obtive resposta ainda.

Mas, uma outra pergunta que eu gostaria de fazer, nobre Deputado, é a seguinte: gostaria de saber se o seu assessor Edmilson Valadão é investigador ou é delegado de polícia. Pergunto, pelo seguinte motivo: no relatório, se não me engano na última página, consta que um diretor pertence ao grupo de matadores denominado "Vé de Pato", e outras que seriam ligadas ao "Vé de Pato".

Faço a seguinte indagação: V. Exa., logo no início dos trabalhos, disse que "nessas informações não publicas, quando entrar, por favor, que seja". Indago: esses diretores do sindicato são matadores ou pertencem ao grupo de matadores. Logo é fundamental, porque está-se dizendo não só com a honra desses diretores, mas principalmente com quem não tem nada a ver com isso, que são seus familiares. Quero saber se isso é uma postura democrática ou se é uma postura fascista.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - O Sr. Secretário irá responder à pergunta do nobre Vereador Arselino Tatto e, em seguida, devido ao adiantado da hora, vamos encerrar esta parte.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Porfiro, Secretário, trata-se agora de uma questão de ordem dirigida ao Presidente da Casa.

Sr. Presidente, na sessão passada, eu que tive o prazer de ficar aqui por quatro anos, diversos Secretários foram convocados pela oposição para comparecerem a esta plenária, a fim de esclarecer dúvidas que versados da oposição - que era maioria - tinham, e não se colocou limite de tempo. Entendo que enquanto os versados desta Casa tiverem perguntas para formular, deverão permanecer, porque poderemos muito bem realizar a sessão ordinária após a visita do Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - Nobre Vereador Arselino Tatto, V. Exa. não está sendo justo com esta Presidência. Jamais, até hoje, os Sr. Secretários convocados vieram prestar seus depoimentos no meio de uma sessão ordinária. A Presidência atendeu a uma solicitação expressa de V. Exa. e se reuniu de sessão ordinária normal. Informo ao Vereador que inúmeros Sr. Edis vieram conversar com a Presidência estranhando essa concessão. Ela foi feita atendendo a V. Exa. Daí por que eu não tenho mais condições regimentais para postergar o final desta reunião.

No entanto, V. Exa. tem o direito regimental de, oportunamente, caso queira, convocar o Sr. Secretário, que não foi convocado para esta reunião. Veio espontaneamente, a nosso convite. Ele não foi convocado para considerações finais. Para considerações finais, e respondendo ao nobre Vereador Arselino Tatto, tem a palavra o Sr. Secretário Otúlio Maranhão.

O SR. OTÚLIO MARANHÃO - Vou responder ao nobre Vereador Arselino Tatto, apesar da discordância, eu o respeito muito. Quero dizer ao nobre Vereador que nunca perguntei ao meu assessor Valadão se ele era policial ou não. Agora, se disculsa a nobre Vereadora Aldaia Bonatti pelo fato de eu, Sr. V. Exa. não ter tido o direito de peito e falta de educação, eu o retiro, mas é que aprendi com a Terena Lajolo que quando se está vestindo, firme, os parafusos utilizados os dedos para reforçar o argumento. Então, por isso, rece desculpas, porque espero compensar-me delicadamente.

Quero dizer, portanto, ao nobre Vereador Arselino Tatto, como já disse, que eu nunca perguntei a meu assessor se ele era policial ou não. Agora de uma coisa tenho certeza: eu tenho absoluta certeza de que ele não fez o tipo de pergunta que V. Exa. fez, a qual quer que seja, para obter essas informações. (Palmas)

Finalmente - disse uma vez alguém entre V. Exa., tergiversando - o relatório não acusa ninguém, portanto não há para dizer que está sendo acusado esta ou aquela pessoa.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Sr. Secretário, desculpe, quero interromper a sua explicação. Não entendo uma página em que há uma afirmação, de que o tal diretor pertence ao grupo de matadores. Há uma afirmação aqui.

O SR. OTÚLIO MARANHÃO - Eu diria a seguinte. Foram diretores de sindicato que o afirmaram, segundo a matéria de um jornal. Eu vou reproduzir essa afirmação: "Diretores de sindicato dos motoristas e cobradores de ônibus confirmaram para a 'Folha da Tarde' que Jota era ligado a matadores de seu bairro, que seriam financiados por comerciantes. Segundo os mesmos diretores e não é o Sr. Valadão que está dizendo isso - o sindicato comprou a pistola de um rapaz que a havia furtado. Para sindicalistas, a morte de Jota estaria ligada à sua situação no bairro".

Eu quero ser transparente aqui nesta casa do povo, e propor que se faça uma CPI para investigar todos esses fatos, todas essas matérias, sobretudo com relação a tudo o que aconteceu nos últimos 5 anos, para que possamos realmente colocar a limpo quem é que faz proselitismo político com a máquina administrativa e quem é que tem características...

Remito ao plenário. O Sr. Presidente faz soar a campainha insistentemente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - A Presidência agradece a presença do Sr. Secretário e dá por terminada a sessão, voltando à fase primeira da sessão ordinária de hoje.

- Suspensão, os trabalhos são reabertos sob a Presidência do Sr. Antônio Sampaio.

O SR. OTÚLIO MARANHÃO (PT) - (Pela ordem) - Gostaria de assinalar que esta Casa viveu hoje um momento de democracia. Tivemos o comparecimento de inúmeros cidadãos que aplaudiram as palavras, e isto é próprio da democracia. Assim, gostaria que esse procedimento fosse usado, de hoje em diante, para todos os cidadãos que participarem, que vierem à Câmara, porque o que não podemos aceitar é que em determinados momentos pessoas que aqui comparecem sejam retiradas da galeria pela polícia. Se quer ressaltar isso.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - Passamos ao Pequeno Expediente.

PEQUENO EXPEDIENTE

- Consulta na galeria. O Sr. Presidente aciona a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - Estamos em plena sessão ordinária e por isso a galeria que se comporta, por favor.

O SR. OTÚLIO MARANHÃO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, regimentalmente, requer a verificação da presença.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - É regimental e pedido de V. Exa. O Sr. Secretário procederá à chamada.

- Feita a chamada, sob a Presidência do Sr. Antônio Sampaio, verifica-se a presença dos Sr. Antônio Carlos Cordeiro, Antônio Sampaio, Arnaldo de Abreu, Rodolfo, Arnaldo Tatto, Bruno Feder, Edmundo de Faria, Edmundo de Faria, Faria Lima, José Mendonça, Mário Dias, Miguel Calascano, Nelo Rodolfo, Osvaldo Bianchetti e Odair Natan.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - A Presidência, antes de anunciar o resultado da verificação de presença, comunica aos Sr. Vereadores que acaba de receber um ofício do Sr. Prefeito requerendo licença por 24 dias, de 27 do corrente até 21 de novembro, para viajar ao município oficial. Essa matéria será colocada em discussão e a votação na próxima sessão ordinária.

A Presidência também convoca os Sr. Vereadores para a próxima sessão ordinária, com a pauta da sessão de hoje, e para as duas sessões extraordinárias na tarde de amanhã, logo após a sessão ordinária, com o resumo da pauta das sessões extraordinárias realizadas antes, e mais os PIs 732/73, do Executivo, e outros projetos.

Estão presentes 14 Sr. Vereadores. Não há número para a prosseguimento da sessão.

Solicito a publicação dos pedidos do expediente.

EXPEDIENTE

OFÍCIO ATL 489/73

0-0410/73-7

São Paulo, 20 de outubro de 1973

Senhor Presidente

Atendendo a honrosos convites formulados pelos Governos da França, do Líbano e de Israel, empreendi, a partir de 27 do corrente mês, viagem de trabalho aos referidos países, percorrendo as cidades de Paris, Belgrado, Tel-Aviv e Jerusalém.

Resultado que viajarei em missão oficial, representando o Município de São Paulo, por um qualquer prazo para os cofres municipais.

Considerando o prazo previsto para a viagem, venho solicitar a Vossa Excelência, nos termos do disposto no artigo 45, combinado com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, licença para ausentar-me do Município, a partir de 27 do corrente mês e até o dia 21 de novembro.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Paulo Maluf - Prefeito
A Sua Excelência o Senhor Doutor Antonio Sampaio
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

INDICADORES

Do Sr. Vicente Visconde
Limpieza de logradouro público. Local:
09-4090/73-9 - Praça Alcides Balan Canasale, Brooklin Paulista.

Do Sr. Guilherme Bianchetti
Pavimentação. Local:
09-4071/73-5 - Rua Hübner, Jd. Brasília.

09-4092/73-1 - Rua Jipeúba, Jd. Brasília.
Do Sr. Eraldo Meneghini. Local:
09-4093/73-8 - Travessa sem nome e sem saída, localizada a alt. do nº 168 da Rua Maria Inácia da Conceição, V. Carrão.

Iluminação pública. Local:
09-4094/73-4 - Travessa sem nome e sem saída, localizada na alt. do nº 168 da Rua Maria Inácia da Conceição, V. Carrão.

Do Sr. Mário Dias
Instalação de telefone público. Local:
09-4095/73-0 - Rua Barão de Guaiaba Mano, alt. do nº 200, Jd. Capela.

09-4096/73-7 - Rua José Roberto Sales, defronte ao nº 42, Jd. Capela, transformar em telefone comunitário.
09-4097/73-3 - Na Rua Barão de Guaiaba Mano, alt. do nº 70, Jd. Capela, do tipo "Drainho Azul".

"Ofício-se."

REQUERIMENTO "B" - S/PROCESSO

Do Sr. Baldo Pessoa
Voto de pesar
12-0452/73-8 - Pelo falecimento do Sr. José Augusto de Jesus Poveas, em 18/10/73. "Deferido."

Do Sr. Terena Cristina de Sousa Lajolo
Solicitação de informações ao Executivo
12-0453/73-4 - De cópia do dossiê sobre "Informações confidenciais a respeito de membros do Sindicato dos Docentes", conforme notificado pela Folha de Tarde em 7/10/73 e cuja existência foi confirmada pelo próprio Secretário. "Ofício-se."

O SR. PRESIDENTE (Antônio Sampaio - PPS) - Estão encerrados os nossos trabalhos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....

do processo nº..... de 19...../...../.....(a).....

Ao DT.94 - Senhor Chefe:

O Senhor Secretário Municipal dos Transportes, Getúlio Hanashiro, compareceu à 94ª Sessão Ordinária, de 20-10-93.

Arquive-se.

11-11-93


LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chefe-
A. T. M.

DEPARTAMENTO	
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMATICA	
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado c/	09 fls.
Arquivo em	19.11.93
O Func.º	

obs! Fls 5/ no menor
da "3" à "5".


LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Chefe de Seção Técnica

SE G U E juntado nesta data, e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a).....